

ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ANGRA DO HEROÍSMO RELATIVA AO ANO 2024

Aos dezasseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro pelas nove horas e trinta e cinco minutos, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua 1.ª sessão ordinária. Presidiu aos trabalhos o senhor deputado municipal Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelas senhoras secretárias municipais: Tânia Gil da Rocha Lemos e Rita Belo Santos.

A – PERÍODO DE ABERTURA

A senhora 2.ª secretária da Mesa Rita Belo Santos procedeu à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA:

Ana Margarida Leonardo Silva Fortuna • Arnaldo José da Silva Teixeira • Cidália de Lurdes Correia Parreira • Cláudia Alexandra Coelho Cardoso • Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha • Emanuel de Jesus Rocha Garcia • Honória de Fátima Dias Leandro Lourenço • João Carlos Amador Lopes Mateus • João Carlos de Castro Tavares • João Manuel Machado Enes • José Miguel de Freitas Toste • Marcelo Leal Pamplona • Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira • Marília Margarida Enes Garcia de Vargas • Paulo Alexandre Ávila Fagundes • Paulo Jorge Pimentel da Silva • Rita Belo Santos • Rogério Paulo Nogueira e Sousa • Sandra da Silva Mendes • Tânia Gil da Rocha Lemos • Valdeci Purim.

GRUPO MUNICIPAL DA COLIGAÇÃO (PPD/PSD – CDS-PP – PPM):

Alberto Gonçalves de Melo • André Melo Castro • Bruno Miguel Ferreira Fagundes • Carlos Henrique da Costa Neves • César Alexandre Pacheco Medeiros • Cesário Alberto Ferreira Pamplona • Elsa Maria Costa da Silva Carvalho Costa • Guilherme Carlos da Rocha Bizarro • Luís Carlos Cota Soares • Luís Manuel Mendes Leal • Luísa da Costa Barcelos • Maria Cecília Narciso Vieira Sousa Costa • Mário José Martins Cardoso • Michéle Soveta Aguiar • Nuno Alberto Lopes Melo Alves • Paulo Duarte Gomes • Sónia de Fátima Pereira Lourenço Pimentel • Tomás Lopes Cavalheiro Ponce Dentinho.

CÂMARA MUNICIPAL:

Presidente: José Gabriel Álamo de Meneses.

Vereadores: Brites Baldaia do Rego Botelho Mendonça Cunha • Fátima da Conceição Lobão Santos da Silveira Amorim • Guido de Luna da Silva Teles • Nelson Gomes Furtado • Paulo Alexandre Silva Lima • Sandra Maria de Sousa Garcia.

Posta à discussão e votação sem que se verificassem quaisquer intervenções, a ata da 5.ª sessão ordinária do dia 13 de dezembro de 2023 foi aprovada por unanimidade.

O senhor presidente da Mesa procedeu à leitura do expediente.

- Um ofício remetido pela Câmara Municipal à Mesa da Assembleia Municipal acerca de uma proposta do senhor presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia referente ao estacionamento na Rua da Miragaia:

«Na sequência do Ofício n.º 112/2023 de 19 de janeiro, encarrega-me o senhor vereador Paulo Lima de informar V. Exa. que foi decidido pelos executivos da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia de Santa Luzia, a colocação de sinalização de “parque reservado a moradores” no início da Rua da Miragaia.

Com os melhores cumprimentos,
A Chefe de Gabinete.»

- Uma carta recebida pela Mesa da Assembleia Municipal, referindo o seguinte:

«Em resposta à sua comunicação “Ref. n.º 5 de 8 de janeiro de 2024”, vimos por este meio expressar o nosso profundo agradecimento pelo Voto de Pesar aprovado pela Assembleia Municipal que V. Exa. preside, pela morte da nossa mãe, sogra, avó e bisavó. Que a sua luta por uma sociedade mais justa e livre, continue a ser para nós uma inspiração e esperança.

Receba os nossos melhores cumprimentos e consideração da família de Maria da Conceição Couto.»

B – PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve intervenções da parte do público presente.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Cumprimento o senhor presidente e demais membros da Mesa, o senhor presidente da Câmara, as senhoras e os senhores vereadores, os colegas deputados municipais do grupo municipal do Partido Socialista e da Coligação.

Não poderíamos deixar de assinalar a forma cívica como decorreram as eleições regionais do passado dia 4 de fevereiro, bem como o aumento da participação dos cidadãos, algo que é muito importante em democracia. Sabemos que os nossos cadernos eleitorais não são totalmente fiáveis mas, pessoas conhecedoras no concelho de Angra do Heroísmo referem ter havido uma votação muito significativa.

Os cidadãos residentes nos Açores manifestaram livremente e com elevação a sua vontade inequívoca. Em eleições, uns ganham e outros perdem e uma das grandes virtudes da

democracia é a rotação de quem está no poder, já que, governos muito prolongados das mesmas forças políticas não costumam dar bons resultados.

É essencial o respeito pelos que ganharam e pelos que perderam e os eleitos serão os nossos representantes. Quando se fala de respeito, deve falar-se também de responsabilidade da parte dos que vão assumir funções de governação e de oposição, que são complexas num arquipélago como o nosso. Como tenho referido várias vezes, e por me encontrar nessa situação nesta Assembleia Municipal, os caminhos da oposição são normalmente difíceis e com pedras. Umhas funções são complexas e as outras difíceis, mas todas são essenciais em democracia.

Não posso deixar de felicitar os nossos colegas que foram eleitos para assumirem os cargos de deputados regionais: a senhora deputada Marília Vargas, o senhor deputado José Toste e o senhor deputado Paulo Gomes, que foram escolhidos por quem neles votou, cumprindo-se assim um dos princípios básicos da democracia representativa. Desejo-lhes as maiores felicidades no exercício dessa missão e esperemos que tudo corra pelo melhor para que não voltemos a ter outras eleições regionais a breve trecho, algo que o povo açoriano não compreenderia. Como todos sabemos, haverá mais eleições a 10 de março.

Sr. d. m. José Toste – Bom dia senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores membros da Assembleia Municipal.

Junto-me ao senhor deputado Carlos Costa Neves, congratulando-me pelo bom funcionamento do último ato eleitoral. As coisas correram bem e a democracia funcionou de forma ordeira como tem sido hábito nesta terra. Saúdo também o aumento da participação dos cidadãos terceirenses neste ato eleitoral e manifesto todo o meu respeito pelo resultado das eleições.

Como acontece em todas as eleições, há vencedores e vencidos, porque é nestes termos que a democracia funciona. Aos vencedores é atribuído o papel de governação desta região e cabe aos vencidos fazerem oposição. O antagonismo deve perpetuar-se após o ato eleitoral com o dever de responsabilidade e respeito para com os eleitores minoritários. A 10 de março teremos novas eleições e espera-se que decorram de forma tão ordeira como estas. Os terceirenses voltarão novamente às urnas, desta vez para escolherem quem os representará na Assembleia da República.

Sr. presidente da Câmara – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Assembleia. Aproveito para dizer que, ao município cabe a condução logística de todas as operações eleitorais, uma tarefa de extrema complexidade que implica o envolvimento de um grande número de funcionários municipais.

As eleições correram de forma impecável e não tivemos qualquer anomalia a reportar. Manifesto aqui o meu apreço e agradecimento aos funcionários que se envolveram com empenho e fizeram um excelente trabalho, particularmente nos dias que antecederam as eleições, no próprio dia e também na noite seguinte, permitindo que o ato eleitoral decorresse com absoluta normalidade e o apuramento de resultados fosse feito de forma

célere, capaz e sem erros. Fica perante esta Assembleia, a minha manifestação de apreço aos trabalhadores do município que deram corpo a estas eleições.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Muito bom dia a todos.

A Constituição refere a existência de assembleias municipais, regionais e nacionais que sejam plurais e não dicotómicas, como acontece nos Estados Unidos da América ou na Inglaterra. Apesar das diferenças de entendimento e de ideias, que são legítimas e boas, para se evitar eleições sucessivas deve haver consenso e diálogo antes da tomada de decisões, à semelhança do que se faz aqui na Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo. Como estamos próximos das coisas, as decisões que tomamos de comum acordo, resultantes do diálogo entre as diversas forças políticas aqui representadas, devem servir de exemplo aos decisores a nível regional e nacional; é essa a obrigação dos deputados e dos responsáveis pela governação.

São inconstitucionais e minam a democracia, quaisquer intenções de rebaixamento através de maiorias estranhas para se ganhar na vez seguinte. Perante a discórdia, as várias partes devem sentar-se e conversar na busca do consenso a curto prazo, e todas e quaisquer interpretações que os jornalistas ou até o PS e o PSD – o chamado Centrão – nos possam dar, não constam na nossa Constituição.

Num parlamento composto por várias forças políticas e diferentes opiniões, como acontece também na própria AD (Aliança Democrática), a lógica deve residir na procura de consensos de encontro aos interesses da população. Uma das vantagens da democracia é que as decisões que se tomam não têm apenas a ver com os interesses de uma maioria qualquer, mas sim com os benefícios de todos através do diálogo, como tem sido demonstrado nesta Assembleia Municipal. Cumpre aos parlamentos regional e nacional, fazerem o mesmo, caso contrário, haverá cada vez mais abstenção.

A vida pública é composta por vários eixos em termos espaciais e geracionais mas existe uma interpretação centrada apenas num eixo esquerda/direita. É pena que o serviço público de que dispomos não seja suficientemente independente para mudar a vida das pessoas que apostam num determinado partido que sofra uma derrota eleitoral.

Esta região ficará mais autónoma quando a assunção do poder representar uma responsabilidade, além da mera satisfação de uma vitória eleitoral, e a derrota não é necessariamente uma tristeza, antes pelo contrário; deverá transformar-se numa capacidade de intervir, na esperança de ganhar da próxima vez, optando-se por uma alternativa de vida que não se baseie apenas na política. Quando as pessoas e os sítios atingirem este nível de autonomia, decerto estaremos no bom caminho.

Sr. presidente da Câmara – Pedindo as devidas desculpas, devo corrigir uma injustiça que cometi na minha intervenção anterior, já que esqueci de referir uns parceiros extremamente importantes que levaram a cabo todo o trabalho destas eleições com grande qualidade e eficácia. Fica aqui o meu agradecimento e homenagem às juntas de freguesia, aos seus funcionários e a todos aqueles que, ao nível local, fizeram parte das mesas de voto. A condução destas eleições resultou de uma enorme equipa que procedeu à montagem física

das mesas de voto, à coordenação e distribuição dos boletins e outros documentos e também à recolha e comunicação dos resultados.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Associo-me ao senhor presidente da Câmara em relação a todos os que estiveram envolvidos neste processo eleitoral sem esquecer as forças políticas concorrentes, referindo assim todos os que estão presentes nesta sala. Expresso aqui o meu agradecimento pela dedicação e contributo das juntas de freguesia e de todos os que participaram neste processo eleitoral.

Sr. d. m. José Toste – No seguimento da intervenção do senhor deputado Tomás Dentinho, há aqui um diferente entendimento que poderá decorrer de um certo preconceito ideológico e da leitura que se faz da democracia, se deve ser de submissão ou dialética. Pelas suas palavras, depreendo que o senhor deputado defenda a ideia de um consenso mais alargado resultante da dialética.

Ainda no âmbito da campanha eleitoral, gostaria de dar conta da preocupação de alguns munícipes residentes no Raminho e na Serreta, questionando o senhor presidente da Câmara a respeito da reabertura da Estrada Regional, uma via muito importante para os residentes daquelas duas freguesias do nosso concelho.

Sr. presidente da Câmara – No âmbito das suas funções de proteção civil e de garantia da segurança das pessoas, o município participou no processo de encerramento daquela estrada. Tive oportunidade de me reunir no local com a senhora Secretária Regional com responsabilidade nessas áreas e, de comum acordo, chegou-se à conclusão que o melhor será manter a estrada encerrada até que se resolva um conjunto de questões muito difíceis e complexas que ali ocorrem. As pedras que caíram foram prontamente retiradas, mas poderão vir a cair mais algumas durante algum tempo. O epicentro do sismo ocorreu na zona da Estalagem da Serreta muito próximo da superfície e os efeitos não se propagaram a longa distância. Houve queda de muros em várias outras zonas mas os efeitos mais gravosos concentraram-se na zona do Cabo do Raminho e um pouco na Serreta.

Aquela estrada tinha sofrido um fenómeno semelhante na sequência do sismo de 1980 e na altura foi feita uma limpeza da encosta que resultou relativamente bem. Daí para cá têm ocorrido derrocadas de pequenas pedras mas nada de substancialmente grave.

Estão aqui presentes, alguns senhores membros dos Conselhos Municipais de Segurança e de Proteção Civil, que sabem que esta situação seria previsível com a ocorrência de um sismo de média intensidade, como foi o caso. O problema maior são os blocos que não caíram e há um conjunto de pedras presas apenas pela vegetação, que poderão cair devido ao vento.

Esta crise sísmica ainda não acabou porque ocorreu mais um sismo esta noite, estão a acontecer microssismos praticamente a toda a hora e existe a probabilidade de vir a acontecer um sismo ainda mais violento.

Decerto todos puderam ver as fotografias que foram ali tiradas. Se houvesse algum carro em trânsito naquele momento, as coisas poderiam ter corrido mal e não podemos arriscar. A estrada está fechada porque acarreta riscos excessivos para viaturas pesadas, nomeadamente o transporte coletivo de passageiros e alguns outros serviços que se faziam

por ali com viaturas maiores, por isso foi criada uma alternativa razoável para viaturas ligeiras, por onde tenho passado com alguma frequência.

No mínimo, terá que ser ali feita uma operação semelhante à que se fez na sequência do sismo de 1 de janeiro de 1980 com a remoção da vegetação naquela zona, fazendo cair todos os blocos que estejam soltos. Para se resolver o assunto de forma definitiva será necessária a criação de um muro barreira em betão devidamente dimensionado junto à encosta com uma vala por trás com capacidade de retenção de alguns blocos que voltem a deslocar-se e uma outra solução passaria pela criação de um semi-túnel. Em qualquer dos casos estamos a falar de intervenções que vão custar alguns milhões de euros e terão um longo tempo de execução porque implicam a elaboração de projetos e tudo o resto que é necessário para se proceder a uma obra de grandes dimensões.

É necessário esperar que a crise sísmica termine porque não é seguro enviar trabalhadores para o local para a remoção das pedras soltas. Com a entrada em funções do novo Governo, teremos de procurar soluções adequadas, embora o assunto seja bastante complexo. Era do conhecimento de todos que havia ali uma zona de risco acrescido, assim como acontece no Pico da Bagacina, uma outra zona crítica devido à existência de um conjunto de taludes em bagacina pouco estáveis. Embora de menor gravidade, existe também um problema de queda de pedras aqui na Atalaia que também precisa de alguma atenção.

É necessário rever alguns pontos críticos nas nossas estradas no que diz respeito a movimentos de massa e à consequente queda de blocos, intervenções de grande monta e complexidade. Lembro que, no caso do Cabo do Raminho, existem cerca de 80 metros de desnível entre o trame da estrada na parte inferior e as pedras que estão soltas. Estamos a falar de uma falésia muito alta com muito material solto, traquitos muito fissurados e instáveis. Mesmo que se remova a camada mais instável, nada garante a estabilidade da camada que venha a ficar exposta, razão pela qual se tem optado por soluções parcelares desde o sismo de 1980. Felizmente não têm ocorrido acidentes com vítimas naquela zona e temos que continuar a garantir a segurança, uma questão técnica que terá que ser vista com o Governo Regional.

Parte da estrada alternativa é composta por troços municipais que se encontram num estado razoável. O senhor vereador Paulo Lima e eu tivemos a oportunidade de percorrer essas zonas e recensear as situações que podem ser melhoradas sem causar interrupções no trânsito. Existe um outro troço em bagacina localizado na zona florestal que é mais difícil e instável devido ao arrastamento de materiais cada vez que chove, como aconteceu nestes últimos dias, por isso exige uma manutenção constante. É preciso equacionar o asfaltamento daquele troço de estrada para que sirva de alternativa permanente. Logo que as condições políticas o permitam, faremos o que for necessário para desencadear todo este processo.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores.

Ainda em relação aos atos eleitorais, aproveito para felicitar os senhores deputados membros desta Assembleia que foram eleitos, desejando-lhes as maiores felicidades e o melhor desempenho possível. No dia 10 de março teremos eleições para a Assembleia da

República que são compagináveis com o enquadramento de táticas regionais em estratégias da república.

É importante referir também a redução da abstenção. A participação popular nestas últimas eleições regionais foi das melhores nos últimos anos e é pena que tal não seja visto como um sinal para que não haja ingerências da república nas decisões políticas regionais.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Muito bom dia senhor presidente e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Agradeço a intervenção do senhor deputado José Toste...

Interrupção no áudio durante cerca de 8 segundos.

... Salvaguardando a segurança da população que utiliza a Estrada Regional que foi interrompida na sequência do sismo de 14 de janeiro na zona do Cabo do Raminho.

Sr. presidente da Câmara – Tratando-se de uma via regional, a decisão em última instância cabe ao Governo Regional. O município é parceiro com responsabilidades em matéria de proteção civil, é por essa via que participamos no processo e compete-nos a gestão de uma parte da via alternativa. Tive a oportunidade de verificar o que aconteceu e o meu entendimento é que a via não deve reabrir enquanto não estiverem garantidas as condições de segurança adequadas. Os blocos que desprenderam das zonas mais altas, atingiram a estrada, ressaltaram e caíram pela vertente do lado oposto, o que indica que não é seguro abrir sequer meia via, mas a decisão cabe ao Governo Regional.

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

O senhor presidente da Mesa procedeu à habitual leitura dos pontos da Ordem de Trabalhos.

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL:

1.1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 1 de dezembro de 2023 a 31 de janeiro de 2024, bem como a informação sobre a situação financeira da Câmara. Para apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – O município manteve a sua atividade normal durante este período, não havendo nada de extraordinário a apontar. Terminámos o ano 2023 em excelente situação financeira com um saldo de cerca de 1,4 milhões de euros que vai ser inscrito de acordo com a agenda da nossa Ordem de Trabalhos de hoje; contudo, o número é provisório porque o auditor ainda não se pronunciou sobre o assunto. A conta será apresentada na próxima sessão desta Assembleia mas posso dizer-vos que tivemos uma execução na casa dos 92 %. O ano 2023 foi excelente do ponto de vista financeiro, o que

prova a boa saúde das finanças municipais. Nos últimos anos temos andado um pouco acima dos 80 % e este ano conseguimos chegar à casa dos 90 % – algo verdadeiramente difícil – por isso fica aqui o meu agradecimento e homenagem aos trabalhadores do município, que muito se esforçaram para que se chegasse a este bom resultado.

O município manteve a estabilidade laboral. Temos dois trabalhadores a mais comparativamente aos finais dos anos 2022 e 2023, um número que provavelmente sofrerá alguma alteração no sentido de voltarmos ao equilíbrio, já que estão neste momento a decorrer processos de aposentação de três ou quatro trabalhadores, o que provavelmente acontecerá no primeiro semestre do corrente ano. Terminaram três dos concursos de pessoal que foram autorizados por esta Assembleia e espera-se a conclusão dos outros dois ao longo dos próximos meses.

As festividades e a animação da cidade durante o período do Natal decorreram extremamente bem com o efeito que se esperava. Foi um bom fim de ano para o comércio de porta aberta da cidade com os comerciantes a reportarem boas vendas. Realço mais uma vez a excelente colaboração da Câmara de Comércio, que tem sido uma parceira essencial do município na realização destes eventos; conseguiu dinamizar o comércio e a vertente mais lúdica com um grande resultado para a cidade, que se manteve viva e cheia de gente durante a época natalícia. O concurso «Angra Prendas Mil» teve uma grande adesão, foi um sucesso e permitiu vendas na casa dos 4 milhões de euros, o que não é de desprezar numa cidade como a nossa.

As obras municipais estão a decorrer com normalidade, havendo apenas um atraso a reportar que se deveu a uma alteração que foi introduzida depois do arranque da obra na estrada de ligação entre a Boa Hora e as Bicas de Cabo Verde, visto que não tinha sido possível o acordo com o proprietário sobre a retirada de um muro que causava grande restrição ao trânsito na transição entre São Pedro e a Terra Chã. Mais tarde foi possível chegar a acordo com o proprietário do referido muro, o que implicou uma alteração no projeto. Assim sendo, há ali um troço que ainda não foi asfaltado porque aguarda o alargamento da via, já que era uma das zonas mais perigosas daquele percurso. A estrada fica numa espécie de vale profundo entre dois muros e não tinha espaço suficiente para que uma viatura ligeira se cruzasse com uma viatura pesada. A vertente do saneamento está concluída, faltando apenas a pavimentação que, como referi, está condicionada ao alargamento da estrada.

As restantes intervenções estão com um bom andamento. A obra da Igreja de Santo António dos Capuchos está a aproximar-se do fim com a preparação da data da sua inauguração e as obras da Igreja do Castelo estão também a decorrer a bom ritmo; está adjudicada a outra fase referente à substituição dos vãos, do teto e das portas e janelas que estavam apodrecidas e contamos ter a obra concluída dentro dos prazos estabelecidos, já que é financiada pelo PRR.

Neste ano de 2024 resolvemos dar prioridade às questões das vias. A obra na zona das Canadinhas de ligação entre São Bartolomeu e as Cinco Ribeiras está a decorrer com normalidade e espera-se que termine dentro do prazo estabelecido. Aquele caminho intermédio, a ligação entre as Doze Ribeiras e a Terra Chã, terá o seu arranque a breve trecho

e vamos ter que abrir novo concurso para a ligação entre o Desterro e a rotunda de São Rafael porque o concurso anterior ficou deserto mais uma vez. Esta obra explica uma parte do saldo de gerência que vamos ter que reinscrever a seguir.

Os arranjos de remendos e de pequenos troços de estrada estão também a decorrer bastante bem. O trânsito passou a funcionar com outra comodidade e segurança porque foram corrigidos muitos daqueles remendos mal feitos, mesmo nas estradas regionais, e está a ser pavimentada a via envolvente ao Centro de Saúde de Angra do Heroísmo, que era da responsabilidade do Governo Regional mas foi transferida para a Câmara Municipal no último trimestre do ano passado.

Uma outra adjudicação muito importante no valor de 1,7 milhões de euros é o alargamento do Parque Industrial. Está a ser feita a desmatação da zona e a obra terá que avançar a bom ritmo num período previsto de seis meses porque a fábrica de laticínios que ali está precisa do seu acesso melhorado.

Temos perto de uma centena de pequenas obras em curso, particularmente as que são feitas em colaboração com as juntas de freguesia. As coisas não têm corrido bem com a obra da Casa Mortuária de São Sebastião mas estamos a tentar encontrar uma solução juntamente com a Junta de Freguesia.

Peço agora ao senhor presidente da Mesa que conceda a palavra à senhora vereadora Fátima Amorim para que nos faça um reporte da situação das obras respeitantes à habitação do PRR, um aspecto muito importante da carteira de obras do município.

Sra. vereadora Fátima Amorim – Bom dia senhor presidente da Assembleia e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Temos neste momento, catorze empreitadas de habitações sociais com contrato assinado com o empreiteiro que correspondem a 15 535 931,21 € referentes a reabilitações nos bairros da Carreirinha, Santa Bárbara, São Bartolomeu, Serreta, Feteira, Porto Judeu, Santa Luzia, Altares, São Sebastião e Bravio. O concurso referente ao Terreiro de São Mateus foi levado a reunião de Câmara para autorização e vai ser lançado de imediato no valor de 3,5 milhões de euros para reabilitação de 48 habitações.

A maior parte das empreitadas com contratos já celebrados com os empreiteiros teve início em 2023, tendo já sido entregue uma habitação ao arrendatário. As restantes empreitadas terão início em março ou abril deste ano para que possamos cumprir os prazos previstos de execução até 31 de dezembro de 2025.

Como referi numa das últimas reuniões da Assembleia Municipal, foi feito o levantamento das necessidades relativamente ao bairro do Lameirinho. O concurso foi dividido em sete lotes e as empresas estão a preparar os projetos de execução. Estamos também a trabalhar num processo referente à última alteração que fizemos à Estratégia Local de Habitação para a construção de novas habitações e terminámos o processo de loteamento.

Temos quatro espaços para construção com a previsão de criação de quarenta novas habitações. Na primeira fase serão preparados os processos referentes a aproximadamente trinta habitações, já que um dos lotes depende de uma permuta cujos registos estão um

pouco atrasados. Pretendemos cumprir com o que consta na Estratégia Local de Habitação, por isso espero que apareçam os empreiteiros necessários para darmos execução a todo este investimento que gostaríamos de ver efetuado no nosso concelho.

Apresentámos candidaturas ao IHRU referentes à reabilitação de todas as habitações sociais; infelizmente, apenas quatro foram aprovadas e as restantes continuam em análise, o que significa que o município tem suportado o investimento referente às candidaturas que ainda não foram aprovadas. Temos tido contactos permanentes com o IHRU e com o gabinete da senhora ministra no sentido de chamarmos a atenção para a necessidade da rápida aprovação dessas candidaturas para que possamos dar execução e libertar o município deste peso financeiro, uma vez que o financiamento já existe.

Foram apresentadas mais de noventa candidaturas de privados, das quais, apenas duas foram aprovadas, algo que nos preocupa e foi já transmitido ao IHRU e ao gabinete da senhora ministra, porque os privados necessitam de tempo para contratarem os empreiteiros para que seja dada execução a todo este investimento.

O prazo para apresentação de candidaturas ao IHRU termina no próximo dia 31 de março. Estamos a cumprir com a nossa parte e precisamos de ver as candidaturas aprovadas para que seja desbloqueado o financiamento necessário para a reabilitação destas habitações. No que diz respeito aos privados, tivemos todo o cuidado de avançar com as candidaturas com base na previsão que constava na Estratégia Local de Habitação. Quando tivermos a garantia de aprovação das candidaturas dos privados é que poderemos preparar os processos de execução, já que o financiamento para a contratação dos gabinetes de arquitetura está também previsto na Estratégia Local de Habitação.

O realojamento das famílias é da responsabilidade dos empreiteiros e está a decorrer por fases para não causar grandes perturbações aos inquilinos. A casa da Serreta que foi entregue à nossa arrendatária, ficou em excelentes condições e em breve vamos poder entregar as três casas da Feteira, as casas do Edifício Um em Santa Luzia, cuja execução está a ser realizada pela CITEL, e também algumas no Porto Judeu. O processo está a decorrer por fases, à exceção dos Altares onde conseguimos realojar todas as famílias, o que nos permite fazer as obras de uma só vez.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Peço ao senhor presidente da Câmara, algumas informações acerca do estacionamento em Santa Luzia e se haverá alterações ao regulamento e às orientações que aqui foram aprovadas.

Há uma segunda questão que encaramos com alguma preocupação, já que parece estarem a acontecer todos os males no que respeita à prática desportiva. Atravessamos uma fase em que o pavilhão multiusos impede a realização de jogos de campeonatos nacionais porque o piso ficou impraticável, o edifício do bólingue não tem bólingue e o campo de jogos anexo, um dos mais antigos do concelho, tem o seu piso em más condições. Além de uma explicação, peço que seja dada uma especial atenção a estas situações que referi.

Sr. presidente da Câmara – Foi possível encontrar por unanimidade, uma solução em relação ao estacionamento em Santa Luzia, apesar de não ser a que os moradores mais

desejavam, não havendo qualquer alteração às zonas com parquímetros nem ao respetivo regulamento. Aquele primeiro troço da Rua da Miragaia entre o cruzamento com a Rua do Rego e o edifício das Mónicas será reservado a cerca de doze residentes, salvaguardando-se a estrutura de parquímetros que sofreu uma reforma profunda e está a funcionar muito bem, por isso devemos mantê-la como está porque, no dia em que alterarmos ali, teremos com certeza que o fazer em múltiplas outras zonas.

Sr. vereador Guido Teles – Bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa, caro presidente da Câmara e restantes vereadores, senhores membros da Assembleia Municipal.

Senhor deputado Carlos Costa Neves, essa generalização de todos os males que é feita em relação ao desporto é claramente irrealista porque vivemos num concelho com excelentes condições para a prática desportiva com qualidade. Por não ter acesso a fundos comunitários para o efeito, este município tem feito investimentos com fundos próprios que têm permitido melhorar de ano para ano, as condições da prática desportiva.

O piso sintético do campo de jogos municipal está a chegar ao fim da sua vida útil mas temos a situação devidamente identificada e demos já início aos procedimentos necessários para a sua substituição. Nos últimos anos fizemos intervenções no campo de jogos do Barreiro no Porto Judeu, na Ribeirinha e também em São Mateus, e esse seria o último piso sintético do parque desportivo do município a ser substituído, embora tenha uma maior afluência de coletividades que lá praticam atividades.

Houve realmente uma acumulação de água no campo de jogos municipal devido à excessiva pluviosidade, já que o escoamento não ficou devidamente garantido aquando da última intervenção. Visto que a estrutura não tem capacidade para escoar toda aquela água que acaba por se acumular no piso sintético, conseguimos identificar uma solução para tentarmos minimizar o problema através da criação de mais alguns poços de retenção com vista ao respetivo encaminhamento das águas.

À semelhança do que temos feito noutros campos em função das necessidades de cada estrutura, contamos proceder à substituição do piso sintético do campo de jogos municipal dentro do período de vida útil de quinze anos apontado para este tipo de materiais.

Temos também identificada a situação do pavilhão multiusos Luís Bretão, o edifício do bólingue. Temos vindo a fazer a manutenção daqueles sistemas que se foram tornando obsoletos ao longo do tempo, mas chegou-se ao ponto em que é impossível continuar a substituir componentes, mantendo o mesmo sistema. Temos já o orçamento de uma empresa especializada e estamos na fase de preparação dos procedimentos para a aquisição de um novo sistema de gestão do bólingue com a substituição do *software* e do *hardware* que permitam a continuidade daquela atividade. Houve várias reuniões e há menos de um mês foi comunicado ao clube de bólingue que ali pratica atividade federada, que o processo está em curso e contamos ter o sistema em funcionamento durante este primeiro semestre.

Quanto ao pavilhão municipal, honestamente não tenho identificado nenhum problema novo. Sabemos que o piso tende a ficar escorregadio devido à excessiva humidade e encontrámos uma solução que tem funcionado bem ao longo dos últimos anos, como nos tem

sido comunicado pelos clubes que lá praticam as suas atividades. Utilizamos aquecedores que aumentam a temperatura do piso, fazendo que com fique muito menos escorregadio.

Como foi já comunicado a esta Assembleia, temos identificada uma intervenção que consiste basicamente na substituição das telhas daquele edifício, que não duraram o tempo que se esperaria, apesar de terem sido substituídas há relativamente poucos anos. Algumas encontram-se corroídas e estamos a preparar o procedimento para a sua substituição.

Até ao momento não identificámos nenhuma situação que, de certa forma, tenha colocado em causa a prática das atividades desportivas no concelho. Os assuntos vão sendo resolvidos o mais rapidamente possível dentro da nossa capacidade de resposta e com fundos próprios do município que, felizmente, tem tido uma gestão responsável ao ponto de poder agir com a devida celeridade o que, infelizmente, não tem acontecido em todas as instâncias na nossa região.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Sobre este ponto, tenho duas sugestões, duas preocupações e uma pergunta. Quando olhamos com algum cuidado para o relatório de atividades e para todas aquelas contas, vemos que falta uma coluna que refira a percentagem do realizado. Verificamos que as transferências do Estado e os gastos com pessoal, estão de acordo com a devida percentagem, mas as outras não estão.

Seria bom que o quadro em que se apresentam as contas nos desse uma ideia do desenvolvimento das diversas atividades que estavam previstas. Através da informação que nos é prestada pelo senhor presidente da Câmara, ficamos a saber que uma determinada obra se adiou por dois ou três meses, mas não sabemos para quando está prevista a sua finalização. Tendo havido um atraso, é necessária uma melhor informação porque esta Assembleia quer saber para quando a Câmara se compromete a finalizar uma determinada atividade.

Quanto às preocupações, não faz sentido que se finalizem as coisas para depois não se lhes dar uso. Sabendo que não diz diretamente respeito ao município, fico triste ao ver aquele porto, que parece estar terminado, mas está vazio. No fundo, há aqui um desperdício de dinheiro numa lógica de construção de infraestruturas, que depois ficam abandonadas e voltam a precisar de obras.

Louvo naturalmente o grande esforço que tem sido feito em relação à habitação, mas pergunto o seguinte: será que a falta de capacidade da parte das pessoas para recuperarem as suas casas ou as que lhes estão afetas, não se deve à falta de acessibilidade ao emprego? A localização das casas é uma questão crucial. De nada me serve estar a recuperar uma casa degradada que fica longe, tenha sido herdada ou pertença à Câmara.

Uma das razões da degradação destas casas é a pobreza devido às dificuldades de acesso das pessoas ao mercado do trabalho. Quando ouço este elenco de obras feitas nas diversas freguesias vejo que não se coloca a questão da localização e onde essas pessoas pobres quereriam eventualmente viver. Penso que deve ser tida em conta a casa e a acessibilidade porque a pobreza se deve muito à falta de acesso ao mercado de trabalho e aos serviços, seja do lado da oferta ou da procura.

Uma última questão tem a ver com as águas e com aquela intervenção que foi feita na Miragaia. Aquilo está a funcionar bem? Não tenho visto as tampas a saltar mas gostaria de ficar informado e saber se essa intervenção obteve bons resultados.

Sr. presidente da Câmara – A parte do relatório que corresponde a uma métrica ligada aos meses é fácil de ver; a outra tem a ver com as obras, que não seguem uma métrica mensal de desenvolvimento, mas estão devidamente identificadas e os senhores membros da Assembleia poderão verificar o que se gastou em cada mês.

No que toca às habitações, particularmente as que o município pode controlar, foi dada uma especial atenção à sua colocação na periferia da cidade onde a procura é maior. A maior parte das novas casas que aqui foram referidas pela senhora vereadora Fátima Amorim, será construída na Conceição e em Santa Luzia. É óbvio que não podemos mudar a localização das casas mais antigas mas temos que ter alguma atenção para não acelerarmos o despovoamento do nosso território.

Terá que ser encontrado um equilíbrio entre a fixação populacional nas diversas freguesias, particularmente as menos atrativas. Isto não implica que as pessoas sejam enviadas para o degredo, por assim de dizer, mas não devemos criar condições para acelerar um fenómeno que, infelizmente, está a acontecer com alguma intensidade. Tudo isso foi tido em conta, as novas casas serão construídas aqui na periferia da cidade e as outras estão onde estão.

A obra de proteção contra cheias no centro da cidade tem dado excelentes provas. Basta olhar para o que tem acontecido em praticamente todos os concelhos e não aconteceu aqui em dias de chuva muito intensa, como podemos ver pelo que tem sofrido este edifício onde nos encontramos. Muito me incomoda olhar para aquele canto por onde tem entrado água, um assunto com um elevado grau de gravidade.

Com aquelas obras, deixámos de ter inundações como acontecia praticamente todos os anos, mas quero lembrar que o assunto apenas ficou resolvido para as cheias com períodos de retorno mais curtos e continuámos vulneráveis quando a chuva ultrapassar um limiar que acontece uma vez em cada dez ou quinze anos.

Foi feito um investimento na casa dos 8 milhões de euros que obteve excelentes resultados. A cidade tem-se mantido sem cheias, assim como o Porto Judeu, Santa Bárbara, Doze Ribeiras, Cinco Ribeiras e São Bartolomeu, onde foram também feitos grandes investimentos na melhoria da drenagem com excelentes resultados, mas continuamos com alguma restrição no Largo de São Bento, uma zona crítica, assim como aqui na continuação da obra que o senhor deputado referiu. É preciso dar continuidade à drenagem que é feita da Miragaia, abrindo a Rua da Sé e a Rua de São João para levar esta conduta até o mar. Um dia destes teremos provavelmente um problema ali junto aos Correios na zona de ligação da conduta que vem de cima e não tem a mesma capacidade dali para baixo.

Este é um processo que está em curso com o transporte da água da parte mais alta, tanto quanto possível até ao mar, mas há ainda muito trabalho e investimento a fazer para que não voltemos a ter inundações, embora tudo isto seja relativo porque a natureza tem uma força muito superior às nossas vontades. Haverá um dia qualquer em que a precipitação

acabará por exceder a capacidade de toda esta estrutura, mas esperemos que tal aconteça apenas lá de tempos a tempos.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Poderia transformar esta minha intervenção num voto de protesto ou coisa que o valha. Oriento a minha vida, procurando não enganar os outros, pelo menos de forma consciente, e acima de tudo procuro não me enganar a mim próprio. Digo isto porque fiquei tocado quando o senhor vice-presidente da Câmara disse que a minha intervenção era irrealista. Poderia ser ignorante e realista mas o senhor vice-presidente confirmou tudo o que eu disse. O pavilhão não está em condições para desafios de basquetebol porque, além do piso escorregadio, chove lá dentro, sempre que chove um pouco mais, o campo de jogos tende a transformar-se numa piscina por dificuldades de manutenção em termos de escoamento e o bólingue não funciona. Senhor vice-presidente, não sei onde estou a ser irrealista porque o senhor repetiu exatamente as dificuldades que eu aponte e às vezes fica bem um bocadinho de humildade.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – A execução do PRR tem sido muitas vezes alvo de críticas e comentários, na sua maior parte inadequados. Entre 2022 e 2023, o PRR mais que duplicou a sua execução financeira, ou seja, o número de pagamentos efetuados às entidades beneficiárias aumentou cerca de 2,5 vezes ao nível nacional e esse aumento na região foi de 3,5 vezes.

Tendo em conta os investimentos na habitação e o atraso significativo das aprovações por parte do IHRU, aqui referidos pela senhora vereadora Fátima Amorim, gostaria de saber quais os valores das candidaturas que não foram aprovadas e também os montantes candidatados que foram aprovados e recebidos pela Câmara, relativos às execuções do 1.º Direito do PRR nas cerca de quarenta habitações que aqui foram referidas.

Quanto ao escoamento das águas, calculo que tenha havido um misto de coincidência meteorológica e de investimentos. Há uns anos, quando chovia mais intensamente, assistíamos a saltos olímpicos de algumas tampas de esgoto naquele cruzamento do cimo da Rua do Palácio com a Rua do Rego, o que neste momento não acontece porque a situação melhorou.

Por último, o parque desportivo municipal tem sido sustentado com verbas do município desde que este executivo tomou posse em 2013, já que não houve qualquer apoio de fundos comunitários do Quadro Comunitário de Apoio 2014-2020, uma realidade quase tão antiga como os três mandatos deste executivo camarário, por isso não há aqui nenhum fator surpresa, apenas uma constatação histórica.

Sr. presidente da Câmara – Muito realisticamente é assim mesmo, é com dinheiro da Câmara que se tem feito a manutenção. Tem sido feito um grande investimento na área desportiva e creio que temos o melhor parque desportivo de qualquer concelho do arquipélago. É óbvio que temos alguns problemas, já aqui elencados pelo senhor vice-presidente da Câmara, mas vamos tentando resolvê-los na medida do possível.

Sra. vereadora Fátima Amorim – Como referi na minha intervenção anterior, temos neste momento quatro candidaturas aprovadas que totalizam cerca de 2 milhões de euros, dos quais recebemos 50 % de adiantamento, ou seja, 1,2 milhões.

Resumindo, temos quatro candidaturas aprovadas, das catorze empreitadas com contratos assinados com o empreiteiro no valor de 15 535 931,21 €. Embora não se tenham iniciado os concursos, a candidatura do Terreiro de São Mateus no valor de 3,5 milhões de euros e a referente aos sete lotes do Lameirinho no valor de cerca de 20 milhões de euros, foram já apresentadas ao IHRU com base nas previsões que constam na Estratégia Local de Habitação. A nova construção é a única candidatura que ainda não foi apresentada mas contamos fazê-lo em breve.

Refiro mais uma vez que temos poucas candidaturas aprovadas e o valor que recebemos foi um adiantamento de cerca de 1,2 milhões de euros. Se os senhores membros da Assembleia assim o entenderem, posso facultar os quadros que preparo regularmente com os valores pormenorizados.

Não passa uma semana sem que eu telefone para o IHRU porque estou muito preocupada com as nossas candidaturas e ainda mais com as dos privados que, respondendo um pouco ao professor Tomás Dentinho, são candidaturas de habitantes das várias freguesias do concelho dentro do limite estabelecido pelo IHRU em termos de rendimentos. Estamos a falar de pessoas que trabalham, têm as condições de elegibilidade que constam dos avisos do próprio IHRU e viram no 1.º Direito do PRR, uma oportunidade para reabilitarem as suas habitações. Terei todo o gosto em prestar mais esclarecimentos, caso o senhor deputado Nuno Melo Alves ache necessário.

Sr. d. m. Guilherme Bizarro (presidente da J. F. de São Sebastião) – Muito bom dia senhor presidente e senhoras secretárias da Mesa, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Quem ouve as minhas intervenções no Conselho Municipal de Segurança, sabe que advogo muito contra as forças obscuras que, muitas vezes, populam as nossas comunidades, o que me leva a fazer referência a um evento que ocorreu em Angra, relativamente pequeno em espaço temporal, mas muito grandioso. Refiro-me ao desfile infantil de carnaval deste ano que contou com um grande número de participantes, desde as crianças e os seus familiares até às diversas entidades, e foi muito positivo em todos os aspetos.

Quem se deslocou à cidade de Angra, teve a oportunidade de ver milhares de pessoas, como se pôde constatar pelas fotografias publicadas nas redes sociais, por isso gostaria de congratular a Câmara Municipal pela sua organização e enorme esforço logístico. Foi algo positivo que se prolongou por mais um ou dois dias, mas depois a positividade ficou e houve coisas muito negativas aqui no centro de Angra. É importante lembrar que aconteceu e o que precisamos é de coisas positivas em todas as nossas comunidades porque o seu brilho ilumina um bocadinho a obscuridade das situações menos boas que vão acontecendo.

Agradeço e congratulo-me com toda a organização deste desfile de carnaval. Além da minha, sei que todas as freguesias contribuirão com um enorme apoio logístico para este grande evento. Estão todos de parabéns. Muito obrigado.

Sr. d. m. Paulo Gomes (presidente da J. F. de São Mateus da Calheta) – Bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Intervenho para comunicar que a Junta de Freguesia de São Mateus da Calheta vai enviar hoje um *e-mail* à Câmara Municipal para reportar três situações, tendo a primeira delas a ver com a saída da Rua do Capitão Mor, algo que tive oportunidade de abordar numa reunião com o executivo da Câmara e também no Conselho Municipal de Segurança. Ainda ontem aconteceu um ou dois acidentes ao cimo desta rua no cruzamento com a Estrada Regional e já houve ali vítimas mortais. É uma saída com pouca visibilidade para quem sai do STOP na via municipal em relação a quem vem de São Bartolomeu, muitas vezes em excesso de velocidade, o que torna difícil evitar os acidentes.

Uma outra situação prende-se com o pedido que foi feito à Câmara Municipal no sentido de refletir novamente sobre a alteração de trânsito na Rua Padre Luís Casimiro ao lado da igreja, onde continuamos com grandes constrangimentos.

Um terceiro assunto que trago à Assembleia Municipal tem a ver com a Canada do Escorregadio abaixo da Ermida da Luz que não permite a entrada de viaturas de maior porte, nomeadamente um auto tanque dos bombeiros. Falei com um dos moradores que está disponível para ceder um pouco do seu terreno para permitir o alargamento da via, mediante algumas condições que não são financeiras. A Junta de Freguesia de São Mateus vai fazer o pedido à Câmara Municipal porque entendemos tratar-se de uma situação que poderá evitar alguma catástrofe, permitindo que as pessoas sejam socorridas a tempo no caso de um incêndio, por exemplo.

Sr. presidente da Câmara – Sem prejuízo de melhor análise destas situações posteriormente em reunião com a Junta de Freguesia de São Mateus, tratando-se de uma questão antiga e já várias vezes referida, manifesto mais uma vez a disponibilidade do município para financiar em 50 % a instalação de um semáforo na interseção entre a Estrada Regional e a Canada do Capitão Mor, se o Governo Regional estiver disponível. Isto aplica-se a todas as freguesias onde haja interseção entre vias municipais e regionais. Quanto às outras questões mais específicas, teremos com certeza a oportunidade de reunir com a Junta de Freguesia.

Terminadas as intervenções, a informação sobre a atividade municipal foi considerada apreciada pela Assembleia Municipal. (1/2024/AMAH).

1.2 – Primeira revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo para 2024, onde foram inscritos os valores do saldo da gerência anterior no montante de 1 361 816,54 € (um milhão, trezentos e sessenta e um mil, oitocentos e dezasseis euros e cinquenta e quatro cêntimos). Para aprovação do órgão deliberativo municipal nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Por tratarmos da mesma matéria, peço à Mesa que permita a apresentação e discussão conjunta dos pontos 1.2 e 1.6.

Questionados pelo senhor presidente da Mesa, nada a opor da parte dos senhores membros da Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Câmara – Começando Ponto 1.6, o que está aqui a acontecer é uma alteração na inscrição de uma parte das receitas transferidas do Orçamento do Estado. No orçamento que aprovámos, optámos por inscrever totalmente essa transferência em receitas de capital, já que o município não tinha necessidade de acrescentar as suas receitas correntes. A Direção Regional da Cooperação com o Poder Local entendeu que deveria ser feita uma inscrição de 50 %, que não terá qualquer impacto porque o município está devidamente abastecido. Trata-se apenas de uma questão formal porque, ao inscrevermos aqui, libertamos receita equivalente noutra zona e o orçamento fica rigorosamente no mesmo.

No orçamento que aprovámos, e devido a um erro que é da minha responsabilidade, não foram devidamente inscritos 822 mil euros respeitantes a receitas provenientes da venda de água. Esta verba foi agora reinscrita e deve ser acrescentada ao orçamento que foi aprovado, uma ação que não implica qualquer alteração às questões de natureza orçamental nem aos projetos. O dinheiro foi devidamente considerado como receita mas estava mal inscrito, por isso há um erro material na tabela que foi aprovada nessa altura. Isto corresponde ao que está aqui agendado como sendo o Ponto 1.6.

Com estas correções, os três valores que entretanto surgiram, podem agora ser adicionados ao orçamento, tendo um deles a ver com o saldo de gerência do ano anterior que está provisoriamente apurado em 1 361 816,00 €. Este é o valor que constava nas contas bancárias do município na passagem do ano, um excesso orçamental que transita para este ano e corresponde basicamente a projetos que estão em curso mas ainda não foram pagos porque não foram executados ao ritmo que prevíamos. Isto não vem alterar as dinâmicas orçamentais, é apenas a transferência para o ano seguinte, de dinheiro que estava disponível e pode agora ser usado, o que significa que as nossas contas estão equilibradas e tivemos até um excesso orçamental no fim do ano.

Estamos também a juntar aqui 1,3 milhões de euros provenientes do contrato com o Ministério da Cultura, PRR, que não tinha sido assinado à data da aprovação do orçamento, por isso não podia ser incluído, e mais cerca de 1,2 milhões de euros referentes a uma candidatura ao PO 2020 que já não contávamos ver aprovada.

O orçamento do município cresce na devida proporção passando a 52 190 578,35 €, mas lembro mais uma vez que há verbas do PRR que só podem ser usadas para a finalidade a que se destinam. Existem aqui 15 milhões de euros do PRR habitação e mais 1,3 milhões do PRR Cultura, o que significa que o nosso orçamento está na casa dos 31 milhões de euros. Há aqui um empolamento que resulta da entrada destas receitas e das respetivas despesas mas o município não tem qualquer liberdade na sua aplicação porque é um dinheiro que entra na exata medida em que é gasto.

A Primeira Revisão ao Orçamento e GOP da Câmara Municipal para 2024 foi aprovada por maioria com 30 votos a favor (21 do PS e 9 da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM) e 8 abstenções da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM. (2/2024/AMAH).

1.3 – Alteração ao Regulamento da Startup Angra – Incubadora de Empresas de Base Local de Angra do Heroísmo. Para aprovação do órgão deliberativo municipal nos termos da alínea g), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. vereador Guido Teles – Está aqui em causa um detalhe que faz diferença nos processos de candidatura à Startup, sobretudo nos casos de *free lancers* e pessoas ligadas a movimentos nómadas digitais que ao longo dos últimos tempos têm demonstrado alguma procura pela incubadora de empresas. Seja em regime de *coworking*, incubação em gabinete ou incubação virtual, a verdade é que o processo que está definido acaba por ser demasiado moroso e pouco eficaz para este tipo de situações em que, normalmente são solicitados espaços de trabalho durante um curto período de tempo.

Pretende-se assim simplificar o processo de acesso à incubadora por parte deste tipo de profissionais, evitando que fiquem sujeitos a todo o processo de análise das candidaturas por parte do júri que está constituído para o efeito, bastando que procedam a uma submissão do formulário de inscrição na incubadora para a utilização de um espaço de *coworking*, um pormenor que vai fazer toda a diferença, sobretudo num momento em que, através de um esforço conjunto da Câmara do Comércio com a Startup Madeira, se pretende criar um conjunto de condições e incentivos para que os nómadas digitais *free lancers* optem pela Startup Angra para desenvolverem as suas atividades.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Gostaria de saber qual o período de renovação dos contratos de arrendamento e se os preços são compatíveis com os do TERINOV para que as empresas que lá estão não se desloquem para aqui.

Sr. vereador Guido Teles – Não é feita qualquer alteração aos preços que foram aprovados em reunião de Câmara através de uma tabela. Houve uma articulação entre o diretor da Startup Angra e a direção do TERINOV para que não houvesse uma grande diferenciação, embora a incubadora do TERINOV seja de âmbito regional e esteja direcionada para áreas mais especializadas, sobretudo o setor agroalimentar e as tecnologias de informação.

A troca de espaços não é um problema. A grande dificuldade consiste em dar resposta às solicitações recebidas por ambas as incubadoras e tem havido um aumento das empresas incubadas. O TERINOV esgotou a sua capacidade e neste momento temos 49 projetos ligados à Startup Angra, tendo sido criadas treze novas empresas no ano 2023. Estamos a preparar um processo para o alargamento dos espaços disponíveis, aproveitando também as linhas de apoio que estão abertas no âmbito do PO 2020. O objetivo é aumentar a capacidade para que os interessados em fazerem aqui o chamado «nomadismo digital» tenham uma maior facilidade de acesso à incubadora.

O prazo máximo de permanência na Startup é de três anos de acordo com o que está definido no regulamento, sendo certo que os *free lancers* que por cá passam neste regime não permanecem por um período tão alargado. Este período máximo de três anos tem sido cumprido por várias empresas que conseguiram crescer com o apoio da Startup Angra e exercem a sua atividade em toda a ilha.

A alteração ao regulamento da Startup Angra foi aprovada por unanimidade. (3/2024/AMAH).

1.4 – Nomeação do auditor externo Santos Vaz, Trigo de Morais & Associados, SROC, Lda., tendo em vista a certificação legal de contas do município para o triénio 2024-2026. Para nomeação pelo órgão deliberativo municipal nos termos do n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro.

Sr. presidente da Câmara – O que está em causa é a renovação por mais um triénio, do contrato com a entidade certificadora de contas que nos tem servido. Tem sido tradição neste município, fazer-se o concurso de duas em duas renovações e esta será a última renovação antes do novo concurso. Pretendemos assim manter este auditor no próximo triénio.

A Assembleia Municipal nomeou por unanimidade o auditor externo em causa. (4/2024/AMAH).

1.5 – Adjudicação da empreitada de conceção-construção do mercado municipal de Angra do Heroísmo e do parque de estacionamento. Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.

Sr. presidente da Câmara – A Câmara comunica à Assembleia Municipal que foi feita a adjudicação da obra, estando a decorrer os prazos legais para a assinatura do respetivo contrato e a entrada no período de projeto e licenciamento. Se nada de estranho acontecer, teremos o novo mercado e o parque de estacionamento a funcionar provavelmente no primeiro trimestre de 2026. A obra foi adjudicada por 11,9 milhões de euros, dentro do limiar de 12 milhões, o valor que foi aprovado por esta Assembleia. O consórcio liderado pela empresa Marques S. A. apresentou uma proposta que foi aceite e prevê-se que o processo tenha o devido desenvolvimento a breve prazo.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – É de enaltecer que finalmente se veja um avanço efetivo neste processo referente ao nosso mercado municipal, que tem vindo a ser discutido há décadas sem solução à vista. Esperamos que esta empreitada não resulte em mais um mercado reflexo do tempo e da modernidade igual a tantos outros e seja salvaguardada a traça e a identidade da cidade de Angra do Heroísmo. Sei que houve um conjunto de reembolsos, mas há ali comerciantes que fizeram investimentos avultados, nomeadamente o talho e a peixaria, que há dias me disseram não terem qualquer informação das pretensões da Câmara; não sabem o que vai acontecer às suas vidas e estão cada vez mais preocupados com o aproximar do início da obra.

Sr. presidente da Câmara – Não houve qualquer falta de informação. Cerca de sessenta utentes do mercado municipal, à exceção de três, aderiram ao regulamento que esta Assembleia aprovou a devido tempo em 2020. Os que ainda lá permanecem, conhecem o regulamento, sabem o que foi pago e não devem existir situações de diferenciação perante os restantes utentes do mercado que foram devidamente ressarcidos. Essas pessoas entraram em contacto comigo, estão devidamente informadas e tomarão as suas decisões.

Esta é uma obra cuja fase de conceção-construção demorará um período relativamente longo, por isso teremos muito tempo para resolver essas questões. Estarei sempre disponível para me encontrar com os comerciantes no sentido de encontrarmos as soluções adequadas de acordo com o regulamento que foi aqui aprovado. À semelhança do que foi feito em relação a outros, existe a possibilidade de adquirirmos os materiais, dando-lhes um outro uso qualquer, mas as situações terão que ser vistas caso a caso para não lesarmos os interesses de todas as outras pessoas que passaram pelo processo.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Estes doze milhões de euros devem exigir, pelo menos, uma rentabilidade de 360 mil com uma taxa de juro relativamente baixa. Pergunto se houve, da parte da Câmara Municipal, uma correta avaliação desta gestão, sob pena de termos que renovar o edifício daqui a dez anos, caso não gere o rendimento suficiente. A obra foi aprovada e é uma coisa boa, mas há muitas obras deste género feitas em Angra, que depois não têm utilização e é preciso mais dinheiro para as manter. São cerca de 350 euros por habitante, por isso este investimento tem que ser bem gerido para que seja rentável em termos monetários e de benefícios efetivos contabilizados.

Sr. presidente da Câmara – O mercado municipal é um bem que é fornecido por uma entidade pública aos comerciantes e ao público em geral. A maior parte da despesa tem a ver com a construção de uma zona de estacionamento que será devidamente tarifada e gerará os seus rendimentos, diretos e indiretos. Quando se trata do fornecimento de um serviço ao público, as coisas não podem ser feitas de qualquer maneira e são também tidos em conta outros valores exteriores.

Estou convencido que estamos perante um investimento que se pagará muito rapidamente na vertente do estacionamento e do funcionamento do próprio mercado, questões que foram devidamente acauteladas, por isso creio que o município não herdará nenhuma dificuldade futura.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – O mercado municipal vai ocupar um espaço fulcral no coração de Angra e é muito representativo para a cidade, para o concelho e para a própria ilha. Dado que a obra vai atravessar uma fase de conceção, pergunto se será possível obtermos mais informações, o mais exatas possível, nomeadamente acerca do número de lugares de estacionamento, da compartimentação e do destino que será dado às várias zonas. Quando o senhor presidente da Câmara achar adequado, creio que estas informações deveriam ser também prestadas aos cidadãos. Por se tratar de um investimento de doze milhões de euros e tendo em conta a existência de algumas informações desconstruídas,

umas eventualmente mais corretas do que as outras, através de um croqui ou de outra qualquer forma, gostaríamos de ter uma melhor visão do que vai ser esta obra.

Sr. presidente da Câmara – Esta é uma excelente proposta, até porque os dados base fazem parte das condições do concurso, foram lançados e são do conhecimento desta Assembleia. Conhecemos a base, a volumetria e o número de lugares de estacionamento mas desconhecemos a forma, por isso talvez não fosse má ideia a criação de uma comissão de trabalho nesta Assembleia com vista ao acompanhamento de todo o processo, ajudando também a Câmara a tomar decisões, já que teremos que aprovar formalmente o projeto no fim do processo de conceção. Este acompanhamento poderá ser útil, um assunto que deixo à consideração do senhor presidente da Assembleia.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Seria bom que, mediante um diálogo prévio, pudéssemos formular uma proposta para apresentar na próxima reunião da Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Mesa – A Mesa está naturalmente disponível. Havendo unanimidade, a proposta de criação desse grupo de trabalho, resultante do diálogo entre ambas as bancadas, será depois discutida em reunião de Conferência de Líderes e apresentada a esta Assembleia para conhecimento e aprovação.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento constante do Ponto 1.5. (5/2024/AMAH).

1.6 – Quarta alteração ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, tendo em conta a criação de uma nova conta na receita (receita corrente), referente ao artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013, de acordo com as indicações da Direção Regional da Cooperação com o Poder Local. Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. Este ponto da Ordem de Trabalhos foi discutido em conjunto com o Ponto 1.2. (6/2024/AMAH).

1.7 – Parecer da Direção Regional da Cooperação com o Poder Local sobre a proposta de suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Angra do Heroísmo (PDMAH) e estabelecimento de medidas preventivas – prédios na Canada da Luz e na Rua Padre Joaquim Borges de Meneses. Para cumprir com a deliberação aprovada condicionalmente na 4.ª sessão da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo de 29-09-2023 mediante o parecer do Governo Regional. Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.

Sr. presidente da Mesa – Importa referir que esta Assembleia já se pronunciou na sessão de 29 de setembro de 2023 com a aprovação do documento de forma condicionada.

Sr. presidente da Câmara – Felizmente as coisas tiveram o desfecho que pretendíamos, dado que a Direção Regional da Cooperação com o Poder Local emitiu parecer positivo a

ambas as pretensões. O assunto ficou encerrado e os respetivos promotores podem agora prosseguir com os seus trabalhos.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Peço desculpa por não ter podido estar presente na sessão da Assembleia Municipal do dia 29 de setembro e tenho também culpas nisto porque estive envolvido nos trabalhos preliminares do PDM.

Houve aqui um atraso grande e parece-me nefasta esta forma de gerir o território sem um plano estruturante atualizado. Grande parte da adulteração dos instrumentos que temos deve-se a atrasos – muitas vezes irresponsáveis devidos à burocracia e aos técnicos – que fazem com que as câmaras municipais tenham depois que se ajustar, procedendo a suspensões sistemáticas dos PDM.

O projeto da Canada da Luz parece-me interessante em termos de expansão mas é preciso articulá-lo sempre que possível com a restante malha urbana, nomeadamente com o seguimento daquela primeira parte da Canada do Celis e também para o outro lado para a Canada de Belém, salvaguardando a via alternativa ao Caminho do Meio de São Carlos. Se assim for, este loteamento será naturalmente bom porque o terreno está virado a sul, mas deve ser acautelada uma ribeira que por lá passa. Aceitando um investimento feito por privados, a Câmara deve garantir que este loteamento seja estruturado na continuação da zona urbana.

O outro caso parece-me um pouco mais estranho mas espero que a legislação existente acautele estas construções. A zona não está na reserva agrícola mas é atravessada por uma ribeira e fica ao lado de uma área de expansão urbana que não está totalmente ocupada, nomeadamente na dita Canada Padre Joaquim Borges de Meneses.

Em suma, no primeiro caso, há uma obrigação da Câmara em continuar um bocadinho a malha urbana de São Carlos, no segundo caso a malha urbana não existe; parece-me que o terreno seja relativamente bom em termos agrícolas, tendo ao lado uma zona de expansão urbana que não está totalmente ocupada. Isto parece-me um pouco estranho mas falhei porque não estive cá na sessão de 29 de setembro. Como não conheço o dono, penso ter a necessária abertura de espírito para fazer esta avaliação.

Sr. presidente da Câmara – Gostaria de esclarecer que não se vai construir ali nada de novo e não passa lá nenhuma ribeira. O objetivo é apenas a reconversão em apartamentos, do antigo edifício de *catering* da PRIMAZ, que tem as janelas e as portas partidas, mas foi construído com bom betão e será objeto de uma intervenção.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do parecer constante do Ponto 1.7. (7/2024/AMAH).

2 – DOS GRUPOS MUNICIPAIS DO PS E DA COLIGAÇÃO (PPD/PSD – CDS-PP – PPM):

2.1 – Voto de Pesar pelo falecimento de João Hermínio Gonçalves Ferreira. Para votação do órgão deliberativo municipal por escrutínio secreto.

O senhor deputado municipal Arnaldo Teixeira procedeu à leitura do voto em epígrafe.

VOTO DE PESAR:

Pelo falecimento de João Hermínio Gonçalves Ferreira.

«No passado dia 21 de janeiro de 2024, faleceu João Hermínio Gonçalves Ferreira aos 76 anos de idade.

Natural da freguesia de São Bento, concelho de Angra do Heroísmo, João Hermínio foi uma figura marcante da nossa terra, em particular da tauromaquia.

Fez parte da direção da Tertúlia Tauromáquica Terceirense aquando da sua constituição no ano de 1966 e formou o Grupo de Forcados Amadores da Tertúlia Tauromáquica Terceirense, legalizado oficialmente em 1973, tendo sido cabo do mesmo até 1989.

Em 1976 e em resultado das frequentes idas à Califórnia com o Grupo de Forcados Amadores da Tertúlia Tauromáquica Terceirense, esteve na origem da formação do Grupo de Forcados Amadores de Turlock, tendo sido o seu primeiro cabo até ao ano de 1981, sempre em parceria com António Baldaya Rego Botelho.

João Hermínio pertenceu à comissão de obras para a construção da nova sede da Tertúlia Tauromáquica Terceirense, sendo que fazia parte da direção aquando da sua inauguração oficial. Fez também parte da equipa diretiva da Sociedade Tauromáquica Progresso Terceirense desde 1984, aquando da inauguração da monumental Praça de Toiros da ilha Terceira.

Participou inúmeras vezes em colóquios, em touradas de estudantes e nas mais variadas manifestações taurinas realizadas na ilha Terceira. Pegou em praticamente todas as praças e tentaderos dos Açores e em quase todas as praças de toiros da Califórnia.

Fez parte das comissões de obras do Monumento ao Toiro e do Monumento ao Forcado.

De acordo com os termos estatutários e regimentais aplicáveis, os grupos municipais do Partido Socialista e da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM) propõem à Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária no dia 16 de fevereiro de 2024, a aprovação deste Voto de Pesar pelo falecimento de João Hermínio Gonçalves Ferreira, devendo, do mesmo, ser dado conhecimento à família e à Tertúlia Tauromáquica Terceirense.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 16 de fevereiro de 2024.»

Sr. presidente da Câmara – Associe-me a este voto de forma institucional e pessoal. O João Hermínio era uma pessoa do meu convívio, por quem eu nutria uma grande simpatia e o seu falecimento é uma enorme perda.

Sr. vereador Nelson Furtado – Bom dia senhor presidente da Assembleia e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e restantes colegas da vereação, senhoras e senhores deputados municipais.

Como sabem, o João Hermínio era uma figura emblemática da nossa ilha e junto dos nossos emigrantes. Foi o cabo fundador do nosso grupo de forcados e elevou os valores do mundo do touro e da tauromaquia ao nível regional, nacional e internacional.

Congratulo-me com este Voto de Pesar e é com uma grande dor no peito que vemos partir o João Hermínio.

O Voto de Pesar pelo falecimento de João Hermínio Gonçalves Ferreira foi aprovado por unanimidade e aclamação após votação por escrutínio secreto, tendo a Câmara Municipal se associado ao mesmo. (8/2024/AMAH).

2.2 – Voto de Congratulação a Maria de Fátima Gorgita Gonçalves de Lima pelos cinquenta anos de teatro. Para votação do órgão deliberativo municipal por escrutínio secreto.

O senhor deputado municipal João Tavares procedeu à leitura do voto em epígrafe.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO:

A Maria de Fátima Gorgita Gonçalves de Lima pelos cinquenta anos de teatro.

«Maria de Fátima Gorgita Gonçalves de Lima, conhecida por muitos como Fátima Gorgita, nasceu na vila do Porto Judeu à beira-mar plantada (então freguesia), no dia 13 de novembro de 1948. Apaixonou-se pelas diversas artes ainda muito jovem, dedicando-se à Arte nas suas mais variadas formas, desde o teatro e o artesanato até ao corte e costura, entre muitos outros trabalhos culturais e manuais.

Diz o povo que, Fátima Gorgita sabe fazer de tudo, só não sabe fazer dinheiro. Considerada por todos como a verdadeira mulher dos sete ofícios, executando-os a todos na perfeição, dedicou uma vida inteira às artes de palco, sendo o Carnaval da Ilha Terceira, um dos seus aspetos mais visíveis.

Fátima Gorgita ingressou no teatro há mais de cinquenta anos na Sociedade Brianda Pereira, representando no grupo intitulado “Os castelhanos”, rivais naturais dos “Ciganos”, o grupo da Sociedade Instrutiva e Recreativa de Santo António. Fez uma interrupção de três anos quando o então namorado e atual marido, José Borges de Lima, embarcou para lutar na guerra do ultramar. Uma vez regressado da guerra, Fátima Gorgita e José Borges de Lima casaram e tiveram dois filhos, a Sandra e o Tiago, que seguem as pisadas da mãe na vertente do teatro e da música.

Fátima Gorgita participou em várias atividades na vila do Porto Judeu, fazendo ainda parte da organização, tendo, em conjunto com um casal amigo, impulsionado o primeiro espetáculo do Sport Clube Barreiro.

Foi camareira da festa dos “Ciganos”, deu cursos de corte e costura e de outros trabalhos manuais e participou em feiras de artesanato. Foi cabeleireira e abriu uma casa de bordados, tudo a par com a representação em várias peças de teatro dos “Ciganos” e do Sport Club Barreiro.

Juntamente com o marido tomou as rédeas das “Festas Únicas” em 1999 cujo tema, como não poderia deixar de ser, foi “Porto Judeu – Sua Cultura e Tradições”. Recentemente dedicou-se ao Teatro de Variedades do Porto Judeu e ao “Bailinho das Mulheres”, que está

prestes a completar vinte anos, recusando terminantemente que o chamem de “Bailinho da Fátima Gorgita”, embora para muitos, seja esta a sua designação.

Fátima Gorgita é uma mulher de trabalho, detentora de uma persistência evidente. Incentiva todos ao seu redor para que o teatro perdure, sendo um exemplo de amor, persistência e trabalho em prol da cultura. O percurso de mais de cinquenta anos dedicados ao teatro é a confirmação do seu contributo e participação cívica na valorização e divulgação do património cultural da ilha Terceira.

De acordo com os termos estatutários e regimentais aplicáveis, os grupos municipais do Partido Socialista e da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM) propõem à Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária no dia 16 de fevereiro de 2024, a aprovação deste Voto de Congratulação a Maria de Fátima Gorgita Gonçalves de Lima pelos seus cinquenta anos de teatro.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à própria, ao Grupo de Teatro de Variedades do Porto Judeu e ao Grupo do Bailinho das Mulheres do Porto Judeu.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 16 de fevereiro de 2024.»

O Voto de Congratulação a Maria de Fátima Gorgita Gonçalves de Lima pelos cinquenta anos de teatro foi aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto. (9/2024/AMAH).

A senhora deputada municipal Tânia Gil da Rocha Lemos, na qualidade de 1.ª secretária da Mesa, procedeu à leitura da minuta das deliberações que foi aprovada por unanimidade.

Sr. presidente da Mesa – Informo os senhores membros da Assembleia que a próxima sessão está agendada para o dia 24 de abril.

A Mesa da Assembleia congratula-se também com a elevação com que decorreu o ato eleitoral do passado dia 4 de fevereiro, enaltecendo e agradecendo a todos os munícipes pela dignidade com que participaram nestas eleições.

Permitam-me que saúde os deputados eleitos que fazem parte desta Assembleia Municipal, a senhora deputada Marília Vargas e os senhores deputados, José Toste e Paulo Gomes, desejando-lhes muitas felicidades, sucesso e muita sorte, porque às vezes também é preciso. Litem pelo melhor para o nosso concelho e pelo bem-estar de cada munícipe, não se esquecendo que as funções que vão desempenhar terão um grande impacto junto da nossa comunidade. Muito obrigado, boa tarde a todos e até à próxima.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 12h10 min do dia 16 de fevereiro de 2024, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

O presidente da Mesa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

A 1.ª secretária

Tânia Gil da Rocha Lemos